

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO DE PRESIDENTE
PRUDENTE-SP**

FACULDADE DE DIREITO DE PRESIDENTE PRUDENTE

MERCOSUL: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS PARA O BRASIL

Gustavo Oliveira Ferreira

Presidente Prudente/SP

2020

MERCOSUL: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS PARA O BRASIL
GUSTAVO OLIVEIRA FERREIRA

Monografia apresentada como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob orientação do Prof. João Victor Mendes de Oliveira.

Presidente Prudente/SP
2020

MERCOSUL: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS PARA O BRASIL

Trabalho de Curso aprovado como
requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Direito.

João Victor Mendes de Oliveira
Orientador

Larissa Aparecida Costa
Examinadora

Pétala Paz Almeida Martins
Examinadora

Presidente Prudente/SP
2020

“Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a Fé. Desde agora, a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, justo juiz, me dará naquele dia; e não somente a mim, mas também a todos os que amarem a sua vinda”.

2 Timóteo 4:7,8.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, que todos os dias me proporciona vida, alegria e força para vivenciar cada dia pela graça.

À minha família, meus pais Valdir Ferreira e Rosinês Oliveira Correia Ferreira, que sempre estiveram ao meu lado ao longo dessa minha trajetória árdua, me incentivando, mostrando o caminho do bem, e nunca me deixando desistir. Não seria válido me esforçar se não fosse para ver a alegria e o sorriso estampado no rosto deles.

À minha noiva Talita Jaine Franchini de Souza, pela compreensão, companherismo, força e paciência demonstrada durante todo o meu curso. Escolhemos pessoas para fazer parte da nossa vida, e isso é bom, mas saber que é parte do plano de Deus que elas permaneçam é essencial.

Com imenso orgulho em fazer parte desta instituição, agradeço ao Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, a estrutura que oferece aos alunos, matendo anos de uma tradição histórica.

Ainda, a todos os professores que passaram pela minha trajetória, por ensinarem com excelência e qualidade técnica impecável.

Alegremente, gostaria ainda de agradecer meu orientador, Professor João Victor Mendes de Oliveira por aceitar minhas ideias, e ser brilhante ao conduzir o meu trabalho de pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o contexto e eventos histórico-sociais que originaram os blocos econômicos, a fim de compreender seu conceito, objetivo e relevância para o mundo econômico. Através dessa análise, busca-se extrair os pontos principais que justificam a entrada do Brasil no bloco econômico do Mercosul. O estudo traz de forma ampla os blocos econômicos mundiais, afinal, a economia é ampla, tendo que analisar seu impacto global. Com isso feito todos os apontamentos, o trabalho trata em específico do bloco econômico denominado Mercosul, inicialmente formado pelo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, trazendo os pontos positivos e negativos dessa aliança. O ponto crucial do trabalho está focado em demonstrar a relevância do Brasil ante ao mercado mundial, qual seja, na economia global, e ainda dentro de seu próprio bloco econômico, a fim de compreender se a permanência na aliança do Mercosul é relevante ou não para o Brasil. Neste ínterim, busca analisar o contexto econômico do Mercosul com o Brasil fora da aliança. Tendo em vista que econômico-socialmente é o país titular da América do Sul.

Palavras-chave: Bloco econômico. Mercosul. Globalização. Brasil. América do Sul.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the context and historical-social events that originated the economic blocks, in order to understand its concept, objective and relevance to the economic world. Through this analysis, we seek to extract the main points that justify Brazil's entry into the Mercosur economic bloc. The study broadly brings the global economic blocs, after all, the economy is wide, having to analyze its global impact. With that done all the notes, the work deals specifically with the economic bloc called Mercosur, initially formed by Brazil, Paraguay, Argentina and Uruguay, bringing the positive and negative points of this alliance. The crucial point of the work is focused on demonstrating the relevance of Brazil to the world market, that is, in the global economy, and even within its own economic bloc, in order to understand whether the permanence in the Mercosur alliance is relevant or not for Brazil. In the meantime, it seeks to analyze the economic context of Mercosur with Brazil outside the alliance. Bearing in mind that economically and socially it is the main country in South America.

Keywords: Economic block. Mercosul. Globalization. Brazil. South America.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ISO: International Organization for Standardization
MDCI: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
OMC: Organização Mundial Do Comércio
ONU: Organização das Nações Unidas
OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB: Produto Interno Bruto
PICE: Programa de Integração e Cooperação Econômica
RH: Recursos Humanos
TEC: Tarifa Externa Comum
UE: União Europeia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	ANÁLISE HISTORICO-SOCIAL DOS BLOCOS ECONÔMICOS.....	11
3	GESTÃO DE RISCOS DEMONSTRANDO A IMPORTÂNCIA PARA O CONSELHO E A ALTA DAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS	20
4	INTRODUZINDO O ESTUDO SOBRE O MERCOSUL.....	24
5	O MERCOSUL	26
5.1	Integração regional.....	28
5.2	O estágio atual do Bloco	33
6	O BRASIL E O MERCOSUL.....	36
6.1	Vantagens e desvantagens na participação no Bloco.....	36
6.2	Análise do Bloco econômico Mercosul sem a participação do Brasil.....	38
	CONCLUSÃO	40
	REREFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Os blocos econômicos tiveram origem de fato após a Segunda Guerra Mundial, dando início ao que denomina-se globalização.

Com a união de países empenhados em um único objetivo, unir forças econômico-políticas, a princípio essa união em blocos era vista como um divisor entre mundos, afinal, o que uniria diversos Estados, separaria outros, correndo o risco de a globalização ser muito mais internalizada do que uma grande movimentação mundial.

Atualmente é cristalino que o mundo é sim globalizado é movido pelos blocos econômicos, através de suas políticas recíprocas de importação e exportação, mercado comum, zonas abertas baseadas no comércio, livre negociação e circulação de moedas, além de inúmeras facilidades socio-econômica entre países.

Uma das primeiras uniões deu-se com países da Europa, concomitantemente e ainda posteriormente outras foram se levantando, inclusive o bloco econômico denominado Mercosul, que é o foco do presente trabalho, analisando durante todo o exposto quem são os membros desse bloco, quais suas atividades e a relevância da participação e do Brasil nesta união.

O presente trabalho possui a natureza de Pesquisa básica, a qual busca o conhecimento por um determinado assunto sem que se busque uma aplicação imediata da pesquisa, buscando dados através da pesquisa bibliográfica.

A metodologia científica utilizada abrange o método histórico, o qual busca historicamente a evolução da questão abordada durante o trabalho, a fim de que através do estudo histórico-social e econômico pode-se extrair uma extensa análise do desenvolvimento do Brasil dentro do Mercosul. Ainda, foi utilizado o método dedutivo que através de todas as informações obtidas, foi possível chegar a conclusão que será apresentada ao fim o presente estudo.

2 ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIAL DOS BLOCOS ECONÔMICOS

É notório que diversos líderes aprenderam a conviver com a ideia errada de seus pontos fortes e fracos em sua capacidade de liderar, ideia essa que traz diversos prejuízos para a melhoria de habilidades importantes ao líder nato. Conforme explica (BASSO, 2016, s.p) “a identificação e a formação de novos líderes se tornou uma prioridade e esse processo deve ser conduzido pelo RH, com apoio da alta direção e compromisso dos demais gestores”. A criação de um método de treinamento para desenvolvimento de habilidades subjetivas de liderança se demonstra de suma importância para que os novos líderes consigam construir uma formação sólida.

Atualmente os atos e as formas correntes se transformaram. O comércio atual visa à liderança excêntrica, o coordenador que estabelece através de um modelo de atividades sem determinar a aplicação de normas, condições ou preocupações. Esta se condiz com uma forma de liderança que está alcançando mais apreciadores e provocando responsáveis de modo prático e gradual.

A liderança está completamente associada com a prática de dominar indivíduos por meio de atividades características. Assim ensina (MAXIMIANO, 2004, s.p), “um líder é uma pessoa que lidera e influencia o comportamento de um ou mais liderados, assim ele tem poder de motivar ou desmotivar os colaboradores”. Trata-se de uma possibilidade, uma competência, uma qualidade própria do ser, que não demanda ser contribuída, imposta ou submetida. Sendo como um controle tomado por meio da experiência, com respeito, com relação que, a partir desses sentidos se obtém coordenados representantes de suas ações sem definir qualquer tarefa. Logo, a compreensão de poder está associada à determinação.

De acordo com o vocábulo a expressão consiste no conhecimento ou capacidade de realizar qualquer atividade, liberdade de fazer, de estabelecer, de determinar, ter domínio, autonomia, atuação, poder total usado com o objetivo de conduzir, controlar ou gerenciar por meio do valor do poder na execução.

Consta como um processo de estabelecer ou conduzir indivíduos ou técnicos a produzir meios por intermediário de responsabilidades, especialmente associado por uma organização maior que os demais. Sendo

assim, os trabalhadores de uma instituição precisam atender aos controles do diretor e realizar o que foi orientado, por serem de cargos inferiores.

A partir do pós-guerra as organizações se deram conta de que já não era mais possível seguir tentando realizar com que indivíduos trabalhassem em ambientes opressivos e passaram a incrementar situações nas quais pudessem usar ao máximo toda a potencialidade dos seus colaboradores.

O papel de um líder é geralmente condicionado à personalidade de desenvolver processos de maneira lógica, levando sua equipe a um nível superior em termos de performance e resultado. Espera-se que o mesmo domine ferramentas necessárias para alcançar o sucesso. Compreender o ofício a ser desempenhado e antever alguns dos obstáculos pode ser a dissimilação entre o sucesso ou derrota da disposição

Explica-se que as organizações hoje repassam aos seus gerentes a ideia de que ser líder é algo ultrapassado não permissível. Em compensação, adotam e difundem o papel de líder institucional como aquele que faz o grupo integrar, que delega responsabilidade (e não apenas tarefas) e que o recompensa à altura (não apenas financeiramente, porém psicologicamente também). As peculiaridades de um líder estarão constantemente ligadas à sua força e tenacidade ao decorrer de desafios, estimular sua firmeza e aptidões em identificar comportamentos e informações que recebe incessantemente.

É de grande valia que o líder assuma comportamentos que facilitem e estimulem a performance dos indivíduos; que assume o papel de facilitador do trabalho em equipe; e caberá ao líder evidenciar comportamentos e procedimentos que irão ajudar para que sua equipe se desenvolva mais prontamente e encontre maiores facilidades na conclusão de suas atividades. A influência não pode mais ser exercida a começar por uma opinião na área de comando e controle.

O líder moderno necessita saber conversar com os indivíduos, uma vez que é por meio deles que são realizadas as tarefas que fazem os negócios acontecerem dentro e fora da empresa. Então, é fundamental estimular a motivo de seus liderados de forma a conter a partir de bom humor único até beneficiação das condições de trabalho, tanto no intuito do local quanto do conteúdo do trabalho em si. O líder do século XXI alcançará classe pela sua personalidade

em lidar com as diferenças, respeitando-as e utilizando-as como coeficiente peremptório para o florescimento do projeto e para o bem comum, ao mesmo tempo. O líder da futuridade será aquele que respeitará os seus liderados, permitindo e até estimulando o progresso das competências e aptidões da equipe, exercendo sua quantidade de uma maneira mais humana.

Porém, cumpre realçar que a influência não é o único coeficiente a controlar a performance de categorias de trabalho, porém dependendo do tipo de líder, tende a reverter em equipes motivadas, comprometidas, vencedoras, ou categorias que somente cumprem suas obrigações, obtendo certo resultado, porém não atuam com bom humor.

Se os gestores desconhecem quais são as necessidades dos funcionários, não serão capazes de proporcionar-lhes as vagas e recompensas que são capazes de persuadir essas necessidades e precisam aguardar que as necessidades dos indivíduos mudem. À providência que algumas necessidades são satisfeitas ou situações se alteram, o que motivava os liderados antes pode não os motivar agora.

A influência requer a personalidade do líder em ser eficaz, fornecendo aos colaboradores o que eles também não conseguiram por si próprios. A intenção de suas ações é fazer as condições para que os indivíduos se tornem cada vez mais dirigidos e motivados. O líder precisa ser antes de tudo um gestor de indivíduos. Como análogo, ele necessita comportar-se com ligação, uma vez que suas práticas precisam servir de malogro para seus subordinados.

Em apanhado, o papel do líder é um coeficiente preciso na arte de gerenciar indivíduos, uma vez que suas aptidões em acarretar e orientar os processos faz com que esse profissional se diferencie do diretor, não devendo consubstanciar os dois, uma vez que há grandes diferenças comportamentais

Uma concepção estabelece e determina um sentido, no experimento de reduzir as redes de sematologias de sistema, para o caráter no estudo técnico. Se forem bastante específicos, mondem não compreender a ocorrência em trama, se forem bastante vastos, o perdem. O pensamento forma ou barafunda rendimentos de análise e, especialmente, de processa. A base de um estudo é referência própria para estabelecer o nível de dimensão de certo pensamento.

A relação de estudos para a liderança expressa o como os

especialistas passaram em busca de características ou culturas globais, essa finalidade os orientou para o desenvolvimento avaliativo de liderança, o tornando complexa. Ocorrência equivalente existe com os princípios de método, integração e demais. Os princípios de liderança referentes à gestão técnica enalteciam-se como atividades orientais, com decorrência de organização, sistema e poder. O trabalho de liderar denominava-se em orientar, controlar, promover e estabelecer questões.

Existe também a análise das práticas e treinamento de administradores. Na gestão técnica ressaltam-se os termos orientar e controlar e ainda, a presença do trabalho de verificação, sendo assim, apresentação de como o liberar é contrário de dominar.

A gestão era trabalho de superiores mediais e, assim, sem atribuições de decisões, em que faziam os representantes, diretamente capacitados no poder de suas funções. Com base em que se desenvolvem as vigentes contingentes, a compreensão passa por duas alterações principais: desfaz-se da estrutura ou organização culta, e a expressão mais constantemente utilizada para identificar o trabalho é controlar, ao contrário de orientar ou organizar.

Apona-se a diferença entre poder e liderança, apresentando que a primeira considera a gestão dos recursos frequentes, quando que a segunda demanda em regular a alteração. Ao decidir a liderança como sendo abstrata e, assim, ao desfazê-la da função, não ocorre mais a representação de orientar, modificada pela expressão controlar. Em parte, o conhecimento do poder se lança pelo trabalho de liderança e do diretor, provavelmente, está livre de grupos e conflitos, independente para estar em uma governança excepcional e produtiva perante o seu conjunto. Não é considerado ilícito ao representante ser excepcional e produtivo, mas supõe-se incerto que seja somente capaz.

O trabalhador determinado pode controlar e realizar a produção com o poder, o ser ativo e produtivo pode controlar indivíduos, o educador pode fazer um meio devido ao conhecimento e fazer com que estudantes fiquem motivados. Controle relacionado à liderança se torna uma expressão fascinante, na ciência para a sociedade, a um conhecimento de oposição, em que todas as pessoas, livremente da função e propriedade próprias, podem ser líderes, ao mesmo tempo.

O processo público padrão é a soberania popular, e só é produzida onde possui pessoas alternativas, ou seja, a própria importância estabelece as atividades da política.

Na visão do autor, poder é dominar indivíduos, permitindo direitos pessoais, e limitando a um sistema: a competência por maiores possibilidades. Poder é a expressão de sentido semelhante de dependência a influência de excluídos, estando o baixo de controlar e ser controlado. O poder possibilita melhores capacitações de degradação, porque seu objetivo é a concentração de recursos próprios ou de conjuntos.

A perspectiva liberal é suprema nas empresas ricas e, portanto, nas instituições. Tratando-se de recursos contrários, porque conforme constituem o nível fundamental de competência entra a equipe, desviam do valor primordial do grupo, da participação e, principalmente, do conhecimento de apresentar os materiais institucionais. Em geral, os recursos de pagamento e progresso estão determinados na ação própria, aumentando o desenvolvimento liberal.

Apresenta-se duas condições para o estudo em questão, de acordo com a organização do ser em conjunto, sendo este administrador ou administrado. O administrado precisa discorrer através do valor comum, considerar as condições, entender sua função entre o conjunto, oferecendo assim, a base de suas capacidades

O administrador dispõe de uma tarefa conforme estabelecida para a base do conjunto, está de acordo com o poder da ocorrência, e segundo o projeto de demais administradores envolvidos em tirá-lo da sua função. Este tem funcionalidade somente para a sua atribuição, suas práticas próprias em que precisa usar para realizar a função de recursos e para se sustentar no meio. Assim, sua moral e poder se envolvem entre atividades e produtos adquiridos em bem dos administrados.

As limitações através das formas de processos do administrador e o efeito adquirido são elementos necessários para o desenvolvimento de cada pessoa, e para o poder. O termo preciso é o poder, entendido como um trabalho do meio esbranquiçado do direito público. O esforço para permanecer no meio é necessário, mas não pode absorver todos os capitais do representante, sendo que o poder é o processo para a produção do plano.

Mas, o representante que renunciar do trabalho para continuar

quando este ficará determinado à derrota. Para todas as pessoas esses objetivos e a moral do administrador não suporta ser a mesma que a do administrado.

Primeiro, a confiança do poder como um processo para produzir uma concepção, o sentido do conjunto determina o poder para cada área de influência. Segundo, o poder se assume e se forma sendo utilizado em interesse dos recursos gerais. Terceiro, existem administrados e orientadores, atividades e ações diversas. Quarto, o poder é capaz para a demanda, é constantemente abordado, levando o representante a utilizar suas ações.

São distintos dos estudos das formas de conceito, do representante orientado para o trabalho ou indivíduos. Porém, certamente, um coordenador caracterizaria o meio produzido e faria importância à análise sobre desenvolvimento e tempo nas condições de poder.

Se tem como principal responsabilidade estabelecer a sociedade comunista. Obtendo metas objetivas, com propósitos e recursos. Definiu o trabalho com preocupações entre metas individuais e sociais, princípios e atividades independentes em relação a princípios e atividades gerais.

E para liderança, produzir, o principal é a base de acordo que reúne o propósito conjunto, as atividades para desenvolver as possibilidades do conjunto, reduzir e realizar poder, e desenvolver a geração. Com as propriedades próprias, marca a qualidade, o direito e a função.

Relacionando esse responsável com os princípios de liderança, pode ser obtida condições em conjunto com sistemas referentes às características de conceito, e com os contingentes. Não existe, no entanto, estudos exclusivos, da forma de poder ou impulso, ensino ou segurança associado, não tem, especialmente, preocupação em atender utilizando poder, porque sua lógica é determinada pela importância do conjunto.

Ao estabelecer a função, apresenta-se diretamente o meio multidisciplinar do objetivo, procurando como processo o acordo de diferentes estudos, expressando de outra forma, não é capaz compreender o trabalho de entender o poder no sentido de um só conhecimento determinado, de acordo com o conceito organizacional ou financeiro.

Ao atender com o conhecimento do poder no sentido multidisciplinar, após indicação da incapacidade de se desenvolver um conceito social do poder e não definir seu meio, sua base ou propriedade gerais.

Tornando-se um estudo composto tradicionalmente, seus modelos são inúmeros e serão alterados em diferentes momentos, em quantas condições estiveram transformadas.

Um exemplo disso é o relógio, que já foi um meio capaz para verificar a produção em que a área ativa da organização era a atividade, sabendo que com o melhor valor da área de atividades, a gestão de tempo não é absolutamente o sistema próprio para considerar a produção. Assim, é difícil construir uma gestão de tempo de acordo com um sistema geral de realização de poder.

O poder é, portanto, controle e correção. Sendo uma matriz em forma de ensino, da propriedade de pessoas e, então, é capacidade ativa, recursos planejados e confiança. Sendo controle, faz força e gera processos, do que é propósito apresentar ao sujeito dominante. Enaltecido como um caso geral entre indivíduos, seus modelos transformarão com base em que mudarem os indivíduos e as condições, constantemente.

As novas configurações tecnológicas, sociais, econômicas e mercadológicas em processamento no mundo recente, tem modificado o perfil das forças produtivas, passando a fazer-se graus elevados de partida entre organizações em todo o mundo. A elevação dos padrões competitivos de mercado passou a obrigar novas técnicas empresariais focadas na melhora dos custos, na beneficiação constante da qualidade e na procura por inovações e benefícios competitivos sustentáveis.

Dessa forma, elevou-se a pressão sobre a gestão institucional para assegurar-se do sucesso de suas empresas, estimulando a utilização de mecanismos gerenciais mais eficazes, visando controlar o comportamento das pessoas e categorias para atuarem eficazmente sobre os recursos, utilizando-os de maneira integrada à estratégia, garantindo o seu desempenho e, similarmente, procurando diferenciações competitivas.

Por meio da perspectiva aqui mencionada, o ofício gestão de indivíduos nas organizações, impulsionada pelas pressões competitivas, começou a ser considerada como um componente engenhoso destacado, na providência em que possui, a passo a passo, assumido papéis e costumes mais relativos à condição estratégicas das organizações. As mudanças contemporâneas no local institucional e os novos conceitos em gestão de

indivíduos impulsionaram, similarmente, novos debates teóricos. Ou seja, pedir uma percepção mais abrangente, assim como, novas articulações teóricas sobre o papel e impacto de gestão de indivíduos sobre a execução institucional, abrir oportunidades promissoras no conhecimento sobre como reintegrar à performance das organizações mais eficazes, em termos de sua personalidade de realizar resultados condizentes com os confrontos e com as formulações estratégicas.

Perante das novas cenas e pressões que se colocam para a especulação da gestão de indivíduos, esta precisa agora ser capaz de sugerir novas teorias, modelos e abordagens para evidenciar o nível de impacto e colaboração do ofício e gestão de indivíduos sobre a performance das organizações.

Os rumos dos serviços na perspectiva mundial tem influenciado as companhias a investirem mais nos indivíduos e suas capacidades, formando um "capital racional", uma vez que investimentos em instalações, máquinas e equipamentos convencionais deixaram de ser um proveito absoluto, posto que firmam recursos que são capazes de ser facilmente superados por novas tecnologias.

Dessa maneira, frente à primeira quarta valorização do capital, resultado das demandas da sociedade do entendimento, as companhias em boa parte têm buscado colocar em execução de novas formas de gestão de indivíduos, com o intuito de melhor conferir as mudanças que são obrigadas a concorrer, e garantir seu lugar no mercado competidor. Nesse entrecho, as companhias precisam exercitar com os seus próprios equívocos. Ou seja, precisam tornar-se um local de experiência contínua.

A oscilação deverá acarretar a um maior direcionamento destinado a pessoas e incentivo com o intuito de alavancar as organizações a outro nível. Com esta nova existência, surge o conceito de learning organization (ou organizações de ensino profissionalizante), difundido por Peter Senge nos anos 1990.

Sobre as organizações de ensino profissionalizante manifesta-se que as organizações de experiência são aquelas nas quais os indivíduos ampliam, incessantemente, sua personalidade de fazer os resultados que querem, nas quais a vontade coletiva é libertada e nas quais os indivíduos

aprendem, permanentemente, a trabalhar em grupo

É nesta perspectiva que se abrange o conceito de capital, que descrevem este como um ligado inatingível a própria pessoa, ou seja, suas competências, experiências, aptidões e mais propriedades intelectuais de cada agente, constituindo, então, todo um mundo das mais capacidades, manifestações ou potenciais, dos distintos indivíduos que integram uma disposição.

Podemos afirmar que o capital das companhias é: seu entendimento, experiência, particularização e vários ativos inatingíveis, em vez de seu capital tangível físico que cada vez mais determina suas posições competitivas. Verifica-se, então, que a experiência institucional, assim como a novidade, é de extrema valia para preservar a continuidade das companhias, além de se constituírem valiosas ferramentas no que diz respeito à proveito competitivo.

Em consequência, a indicação estratégica que passa a aconselhar os novos modelos de gestão de indivíduos é a concentração da inteligência administrativa e dos investimentos de produtos de uso na formação de propriedades intelectuais e atitudes pessoais mais essenciais para as necessidades de um grupo scratch de consumidores.

3 GESTÃO DE RISCOS DEMONSTRANDO A IMPORTÂNCIA PARA O CONSELHO E A ALTA DAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS

O campo da Governança Corporativa está passando por importantes alterações no proceder dos momentos atuais, sendo achados diferentes estudos e incentivos. Assim, o Gerenciamento de Riscos pode ser necessário ao longo dos conflitos entre organizações, principalmente com a nova prática da ISO 9001. Por definição desta, é possível ser feito o risco junto com o direito da mobilidade nos benefícios. E, o Gerenciamento de Riscos no objetivo da ISO 31000, se trata de uma relação prática a organização de um conjunto de ações características, como análise, controle, avaliação e organização dos riscos relacionados a um meio fundamental.

O Gerenciamento de Riscos institucional usa de importantes bases para proteger de diferentes riscos no controle. Este ajuda nos objetivos que os mesmos sejam capazes de realizar e, por essa razão, não demanda de exposição, para não obter problemas seguintes para a organização.

O Gerenciamento de Riscos deve ser aplicado por um profissional diretamente indicado que seja próprio para verificar toda e qualquer gestão. Esse também é importante para o poder de avanços de decisões assistentes no mercado do campo de ação da organização. Também deve estar em constante estudo para outras relações que sejam convenientes para a instituição.

Um risco pode ser criado por diversas propriedades: operacional, de poder, de mercado e de movimento. Uma organização ou intermédia podem ser próprias para participar de setores característicos, usando de políticas de modelagens financeiras. Dessa forma, o trabalho de um ser que faz o Gerenciamento de Riscos é profundamente importante, sendo que este dispõe de uma função de mero valor para o sistema contribuinte de meio preciso.

Governança Corporativa se apresenta por um sistema onde as organizações e outras instituições são governadas, acompanhadas e motivadas, envolvendo as correspondentes elementares do grupo, discussão de controle, gestão, condições de avaliação, análise e todos os outros membros que forem considerados importantes. No passar do centenário de 20, as condições de diferentes áreas estiveram mais determinadas pela compreensão das ações do comércio geral, também com o importante desenvolvimento dos resultados financeiros, em conjunto global. Dessa forma, as organizações se afirmaram

elementos de alterações fundamentais, já que a atividade de construção dos processos estabeleceu uma adequação do processo de controle, consequência da ordem de valor e gestão institucional. Os elementos dos problemas incluindo Governança Corporativa possuem questões características ao valor retirado e a redução dos serviços produzidos pelos componentes aplicados e de melhor poder na estrutura.

Para ser efetivo, o Gerenciamento de Riscos deve tratar um processo de Governança Corporativa e governos devidamente capazes. Esta deve realizar uma parte fundamental no processo de controle organizacional, mostrando os trabalhos e as ações de informações aos riscos que são explícitos pelo poder maioral.

De forma social, a Governança Corporativa é considerada por políticas ou recursos que possuem o objetivo de seguir um sistema de conquista de medidas em certa estrutura. Seu conceito está vinculado ao caso em que a sociedade pode possuir diferentes fluxos para a redução das questões de dependência (CARVALHO, 2002, p.33).

Nos tempos atuais, a questão do Gerenciamento de Riscos organizacionais obteve importância relevante. Responsáveis e governadores, hoje sabem que o Gerenciamento de Riscos contribui na produção de metas planejadas e recebem, ainda, como ponto necessário do sistema de Governança Corporativa (WOODS, 2009, p. 122).

As organizações constituem mais do que meros recursos para realizar objetivos diretos, elas se dispõem como sujeitos por meio de benefícios próprios, que mondem realizar, prevalecer de meios, firmar relações e deter características. O conhecimento da importância ocupada por elas na sociedade e do seu poder de intervenção na definição de suas construções de cursos de ação demanda que estejam distintas de suas relações com demais sujeitos. Essas relações constituem um ambiente geral fundamental em que, por forma de contato e socialização, tem início na construção de normas e o uso do poder para lançamento e sentido de metas (SCOTT, 1992, p. 34).

As organizações, quando conhecidas como formas abertas, são referentes do fluxo de meios e de conhecimentos naturais do grupo em que se incorporam. A sobrevivência nesse meio passa a decorrer de seu conhecimento de entender diferentes outros fatores institucionais a contribuir com tempo e

energia. A indução nesse sentido é sustentada por formas de mútuos com fins de aquisição de capital para estarem destinados na execução de seus objetivos (SCOTT, 1992, p. 33).

As empresas, com a finalidade de formar problemas de qualidade simplesmente financeira, sob as quais constituem profundamente suas ligações, tendo em vista as metas e preferências de outras organizações que fazem no comércio, têm que judiciosamente estabelecer e apresentar formas de administração com conhecimento em pressupostos do comércio, da organização ou de formas compostos entre esses dois fins. Afirmam, com isso, o meio imperfeito dos negócios somente financeiros e buscam nas condições de administração um meio para desempenho de falhas que aparecem do impacto entre alguns trabalhos incluídos nas transações.

Na técnica existem importantes casos para saber a formação de princípios de administração das ligações públicas e privadas em meio regional local, nacional ou internacional. Para que tenha governo, a sociedade precisa estar caracterizada funcionalmente em subsistemas, em organizações especializadas e autônomas, principalmente segundo ao poder político, e com conhecimento de levar a realização de atividades sociais e econômicas. Entre os muitos grupos sociais e organizações, deve estar pelo menos um objetivo de entendimento comum e de consciência com o conjunto. Para que venham áreas positivas para necessidade e acumulação do novo governo, cada agente organizacional tem de ser eficiente em sua mesma esfera, sem que um consiga dominar os demais. Além disso, necessitam auxiliar na formação de organizações, em vez de somente enfrentarem entre si (MAYNTZ, 2001; 2003, p.12).

A área corporativa está vivenciando consideráveis mudanças no decorrer dos últimos tempos, sendo encontrados novas ciências e estímulos. Então, o Gerenciamento de Riscos pode ser importante ao longo das competições entre instituições, especialmente com a atual verificação da ISO 9001. Por decisão desta, o risco é capaz de ser desenvolvido juntamente com o poder da insegurança nos direitos. E, o Gerenciamento de Riscos no sentido da ISO 31000, se trata de uma nomenclatura aplicada ao estabelecimento de um grupo de atividades específicas, como reconhecimento, gestão, controle e disposição dos riscos referentes a uma prática precisa.

O Conselho de Administração, órgão colegiado responsável pelo meio de segurança de um sistema em informação ao seu sentido planejado, e o elemento do processo de governança. Sua parte é ser o elo entre a qualidade e o poder para influenciar e verificar a informação desta última com as outras partes interessadas. O Conselho utiliza atribuição dos sócios e apresenta contas a eles.

O Conselho de Administração é o defensor do objetivo geral e do processo de governança. É ele que decide os rumos dos negócios, segundo a maior importância da sociedade. Toda sociedade deve ter uma Proposta de Controle eleita pelos elementos, sem perder de vista as excessivamente partes interessadas, seu objeto social e seu desenvolvimento sustentável ao longo tempo.

O Conselho de Administração deve sempre decidir em favor da melhor importância do sistema como um todo, autonomamente das partes que indicaram ou elegeram seus membros

Segundo Oleskovics; Oliva e Pedroso (2018, p.22), a alta administração é a responsável pela manifestação da necessidade frente ao perigo, a qual representa o nível de perdas que o sócio está intrépido a declarar. Essa necessidade é integrada pelas metas estratégicas, representados em métodos quantitativos e qualitativos, os quais por sua vez direcionam as linhas de bases operacionais. Dessa forma, grande parte das decisões pode ser tomada sem que se consulte o Conselho de Administração. Ainda que essa necessidade esteja formalizada em um certificado, a empresa considera surpreendentemente desafiadora a missão de conquistar uma ficção única e integrada de necessidade resultante ao risco.

De acordo com análises realizadas por Coimbra (2011, p.44), especialmente em empresas de pequeno a médio porte, as ações pré-estabelecidas são atribuídas a executivos. Sendo assim, o Conselho de Administração não pratica o efetivo ato de supervisionar o processo de gerenciamento de riscos.

4 INTRODUZINDO O ESTUDO SOBRE O MERCOSUL

Sabe-se que os acordos de cooperação entre os países foram se intensificando cada vez mais depois da Segunda Guerra Mundial. A principal lógica para tal situação fora a necessidade de enfrentar os problemas e promover o entendimento entre as pessoas, após um conflito que apresentou grandes prejuízos materiais e resultou na morte de milhares de indivíduos. Receberam força e foram criados organismos internacionais, tais como a ONU e a OTAN.

Tal momento foi propício para que as tratativas de integração econômica avançassem, afim de não apenas obter ganhos de índole comercial, como também fins econômicos iguais, de maior amplitude e abrangência. O BENELUX, inventado em 1944 pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo e a Comunidade Europeia de Carvão e do Aço (CECA) de 1952 são exemplos da primeira fase de integralidade econômica por meio de órgãos internacionais (BENELUX; União Europeia, 2013. p. 33)

Desse modo, nos anos de 1940 é notável a emergência das entidades internacionais se voltarem afim de integrar diversas economias. É comum que estas tenham nascido na Europa, visto que foram elas que sofreram os maiores impactos da Segunda Guerra. No momento em que o mundo se recupera da guerra, inicia-se a fase dourada do capitalismo, com um imenso avanço e interação econômica.

Mais atualmente, como bem explana Kegel e Amal (2013, p.56), a cooperação e dependência crescente entre os países recebeu uma nova dimensão, que fora iniciada na década de 1990. Em tal período, o cenário internacional começou a ser definido pela consolidação da globalização, a falta de regulação do mercado financeiro internacional e o crescimento do comércio global pela ótica da liberalização comercial.

No sentido de um novo dinamismo para a economia mundial, o Mercosul iniciou em 1991 e, com base no Tratado de Assunção, tinha como base principal a integração econômica de seus integrantes, ante a livre circulação de produtos, serviços e fatores produtivos, com o estabelecimento da tarifa externa comum (TEC), de uma política comercial igual e da coordenação macroeconômica.

Depois de mais de vinte anos de existência, o pequeno avanço na integração de tal bloco, as divergências políticas de seus membros, a perda de

oportunidade e os grandes problemas econômicos enfrentados pelos países membros, vêm a basear as dúvidas que recaem sobre a real eficiência e futuro do bloco (MARZAGÃO, 2011, p.54).

Desta feita, o presente artigo, por meio de pesquisas em bibliografias, tem por escopo a análise e estudo das limitações enfrentadas pelo Mercosul, especialmente, com relação ao Brasil, ante a sua grande representatividade econômica no bloco, além da análise das vantagens e desvantagens na participação brasileira neste.

5 O MERCOSUL

O Mercosul é resultante de uma aproximação econômica entre Argentina e Brasil, que visavam por uma integração por meio da aceitação da Declaração de Iguazu, que fora assinada por José Sarney e Raúl Ricardo Alfonsín, presidentes de tais países em 1985. No ano que segue, 1986, nascera o programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), o qual seus princípios basearam o Tratado de Assunção. Tais princípios diziam respeito sobre: flexibilidade, gradualidade, simetria e equilíbrio dinâmico (SANTANA, 2014, p.122).

No ano de 1988 fora assinado, por Brasil e Argentina, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, o qual tinha por intuito a fixação de um espaço de comércio livre em um período de 10 anos. O ápice de tal processo deu-se em 1990, com assinatura da Ata de Buenos Aires, diminuindo o período de integração para 4 anos e meio, sendo que seu fim passou a ser o mercado comum, trazendo inclusa nas negociações o Paraguai e o Uruguai. Em março de 1991, fora fomentado o Tratado de Assunção entre as 4 nações, afim de ser constituído o Mercado Comum do Sul.

Em que pese os negócios estivessem sempre expressos nas argumentações de vantagens econômicas, o Mercosul nasceu de concepções políticas, que objetivavam o fortalecimento dos procedimentos democráticos emergentes nos países membros. Tal acordo econômico impulsionou, simbolicamente, a integração regionalizada do hemisfério sul.

Mencionada relação entre as 4 nações sul americanas, participantes, está inserida na competitividade da economia mundial, a qual as economias unem-se em blocos.

De acordo com informações do MDCI (2016), a população do Mercado Comum do Sul ultrapassava a margem de duzentos milhões de pessoas, sendo que oitenta por cento, de tais indivíduos, se encontravam no Brasil, o que denotava um PIB de mais de um trilhão de dólares. O Mercosul possui um espaço geográfico de pouco menos de doze milhões de quilômetros, o que supera 4 vezes o da União Europeia.

No ano de 1998, o intercâmbio entre o Brasil e o Mercosul diminuiu, por conta dos ajustes cambiais internos e o caimento da balança comercial geral, vindo a atingir US\$13,5 bilhões.

Em 1999, fora estabelecido um plano de uniformização de taxas e juros, de inflação e índice de déficit, o que fora um relevante passo, tendo em vista que promoveu, ainda mais, a integração econômica entre as nações participantes.

Nos anos de 2000 e 2001, por conta de uma grave crise econômica na Argentina, as trocas de mercadorias foram afetadas. No entanto, em 2005, tal problema já estava contido, e em 2006 houve o alcance de um dos maiores intercâmbios, atingindo US\$ 22,9 bilhões.

Segundo, ainda, informações do MDIC (2016), é possível constatar o crescimento de intercâmbio comercial no Mercado Comum do Sul, o que não está interligado aos desvios de preferência tarifárias, como também com a diminuição do comércio com terceiros ou outros blocos, porém sim, com o advento do mercado. Tais perspectivas demonstram que o comércio interzona ainda irá crescer muito, mostrando que o potencial do comércio ainda não fora esgotado, contudo, podendo estar a chegar perto de seus limites.

Deste modo, de acordo com o ministério das relações internacionais, o Mercosul possui interesse em manter um amplo relacionamento externo e diversificado, sendo recomendável o aumento das fronteiras, seja para conquista de novas parcerias, ou pela diferenciação das pautas de comércio.

Os membros vêm se preocupando cada dia mais em promover um relacionamento comercial global, sem dar privilégios a um ou outro país, afim de garantir uma maior atuação no cenário internacional. Suas importações e exportações são distribuídas, de maneira equilibrada, dentre as diferentes economias mundiais. Nesta monta, é comum que o Mercosul seja praticante e respeite os princípios do regionalismo aberto, afim de crescer e dar melhor participação de seus países no mercado global (Comércio e Economia, 2017).

No que diz respeito a indústria, este é um dos setores mais relevantes e desenvolvidos do Mercado Comum do Sul. Uma das economias mais dinamizadas do globo, além da média terrestre, a qual a estabilidade é um dos fatos que influenciam e tornam a inflação estável e controlada.

A integração que o Mercosul propicia favorece o implemento de realizações em diferentes setores, como educação, justiça, cultura, energia, dentre outros. Nesse sentido, diversos acordos foram firmados, estando incluso

desde o conhecimento de diplomas universitários até, dentre outros, o protocolo de ajuda mútua penal e o nascimento do selo cultural, que promove a cooperação, intercâmbio e dá mais facilidade ao transporte aduaneiro de bens culturais, segundo O Mercado Mercosul (2017).

Desta feita, é possível ver que as nações participantes do Mercosul visaram o crescimento de seu mercado, por meio da integração, dando respaldo ao crescimento rápido e desenvolvido. A integração ocorre, dentre diversas outras questões, por conta da proposição de uma tarifa externa comum, de políticas econômicas comuns e coordenação de políticas macroeconômicas.

5.1 Integração regional

O princípio da Integração Regional é dinâmico e intensifica a profunda e abrangente relação entre os atores levando ao surgimento de novas maneiras de governança política institucionais de caráter regionalizado (HERZ; HOFFMANN, 2014). Mencionados atores podem ser governamentais ou não, nacionais, internacionais. De igual modo, podem vir a ficar próximos economicamente e politicamente de diversas maneiras, por ligações culturais, comerciais ou jurídicas. Apesar da ideologia de integração dentre os Estados em entidades intergovernamentais não seja algo recente, os contemporâneos processos de integração regional começaram depois da segunda guerra mundial, surgindo da iniciativa de determinados países europeus, e com o passar dos anos fora disseminado pelo mundo de diversas maneiras.

Petersheim (2014, p.202) aponta que:

Regionalização e regionalismo são muitas vezes entendidos como sinônimos, contudo não significam a mesma coisa. O primeiro termo é mais estreito, significando uma concentração crescente de fluxos comerciais dentro de uma determinada região, enquanto o segundo é mais amplo, e envolve também todo o processo político de cooperação e coordenação de políticas econômicas. Estes processos nem sempre se desenvolvem em OIs, ou seja, com um documento básico constituinte e uma sede com um secretariado permanente⁴⁶. De fato, o modelo de integração e sua consolidação vai depender do grau de comprometimento, intergovernamentalidade ou supranacionalidade que os Estados envolvidos estão dispostos a negociar.

É relevante denotar que há diferença entre um processo de integração regional e os acordos de integração econômica. Este último é comumente compreendido como blocos econômicos, diversificando-se em 4

níveis: 1) Zona de livre comércio: Neste tipo de acordo, os Estados envolvidos decidem reduzir ou eliminar as tarifas alfandegárias entre si, com o objetivo de estimular o comércio intrabloco. 2) União aduaneira: Este segundo nível de integração requer uma harmonização tarifária para a criação de uma tarifa externa comum entre todos os países do bloco para com produtos providos de terceiros. 3) Mercado Comum: Neste nível de integração, a cooperação extrapola o simples comércio, ao ser instaurado uma política comum que abrange também a livre circulação de serviços, capitais e pessoas. 4) União monetária: Neste estágio mais avançado de integração econômica, além de todas as medidas anteriores, é também criada uma moeda comum entre todos os países do bloco, harmonizando-se a própria política monetária dos países.

Entretanto, a integração regional passa das terminologias econômicas, trazendo consigo também a cooperação política e cultural. As organizações de integração regional se diferem das de integração econômica, ante seu viés mais abrangente, atuando em áreas temáticas de cooperação (HERZ; HOFFMANN, 2014, p. 233).

Além disso, sua estrutura é determinada pelo desenvolvimento da integração econômica, política e cultural. Nesta ótica, o processamento de integração é promovido por meio de uma sistemática jurídica, a qual tem por fim a promoção de segurança jurídica necessária, seja para a relação entre os países membros, quanto aos agentes privados e pessoas envolvidas na fomentação de um lugar comum (PEREIRA, 2014). Existem duas teorias que possuem destaque, quando na explicação da integração regional, sendo elas o funcionalismo e o neofuncionalismo.

O Funcionalismo trata sobre o processo de formação das OIs como um motor para a paz e cooperação entre os Estados. Esta abordagem foi fundada pelos trabalhos de David Mitrany em 1943 e fortalecida pelo surgimento das agências funcionais do sistema ONU no pós-guerra. Sua proposta seria de uma rede de organizações transnacionais funcionais que poderiam constranger a política externa dos países, ou mesmo evitar a guerra. Esta teoria serviu como molde para construção da amizade franco-germânica e mais adiante a integração Europeia.

O foco de Mitrany (1966) era identificar e satisfazer as necessidades individuais sem constranger suas liberdades. Contudo, a

capacidade dos Estados para promover a paz e prover aos seus cidadãos é posta em dúvida. A bagagem política dos governos causava inflexibilidades que dificultam a execução de suas obrigações com os nacionais, ou seja, a burocracia estatal e os processos políticos são ineficientes para o desempenho do Estado de suas funções.

Como solução para este problema, os funcionalistas apontam que a cooperação internacional é o caminho para gerir as necessidades da população. Com o surgimento de novas organizações internacionais, como a ONU, e uma maior interdependência entre os povos, a opção de um corpo supranacional que possa gerir as necessidades humanas começa a se tornar uma ideia plausível. As organizações Internacionais contam com um corpo administrativo especializado, cuja lealdade é mais forte à sua missão que ao interesse nacional de seu Estado de origem, e que conta com uma rede internacional de outros profissionais que podem contribuir à resolução de problemas. Sendo assim, através de uma escolha racional entre qual entidade seria melhor para prover as necessidades dos indivíduos, Estado ou Organização internacional, a última seria a escolha preferida (MITRANY, 1966).

Contudo, as relações interestatais tradicionais são constrangidas pelo nacionalismo, onde os países, protegidos pelo manto da soberania, não se permitem uma cooperação real e produtiva. Por esta razão, a cooperação em termos políticos é extremamente difícil, logo um caminho diferente deve ser seguido. A proposta funcionalista é uma abordagem gradual, com organizações internacionais funcionais trabalhando primeiramente em questões econômicas. A transferência de funções dos Estados para as Organizações Internacionais ocorreria de maneira voluntária e natural, à medida que surgem como caminhos mais eficientes para a realizar uma tarefa. Quando os processos de transferência forem se mostrando eficientes e se tornarem um hábito, a prática de cooperação poderia transbordar para a arena política, um processo denominado de spillover.

O resultado final deste processo gradativo seria o que Mitrany chama de um Sistema de Paz. Os avanços na cooperação iriam redefinir a noção de soberania nacional, não sendo este mais monopólio dos Estados, mas sim compartilhada com agências funcionais. Os problemas sociais que levam aos conflitos armados entre os Estados seriam resolvidos de forma comunitária, e as sociedades estariam de tal forma interconectadas que a guerra iria ser

totalmente desencorajada. A anarquia internacional seria substituída por uma comunidade política menos particularista, regida supranacionalmente por Organizações Internacionais funcionais.

A visão funcionalista deixou uma grande marca no debate das teorias de Relações Internacionais, e igualmente é de se esperar que tenha atraído muitas críticas também. Um dos principais críticos e reformistas das ideias de Mitrany é Earns Haas. A separação entre uma esfera política e não política do funcionalismo clássico é uma das principais discordâncias, sendo argumentado que o político muitas vezes está no plano de fundo das outras questões. Também a ideia de spillover possui suas falhas, pois subestima o apego dos Estados pela soberania, e em questões mais complexas ainda cabem aos Estados tomar as decisões.

Baseando-se nesta teoria, e adaptando-a para responder os pontos fracos, é criada a teoria neofuncionalista. O neofuncionalismo dá grande importância às instituições regionais, e busca explicar especialmente o processo de integração que surgia na Europa com suas novas organizações Internacionais, a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA), a Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM) e a Comunidade Econômica Europeia (CEE), e a partir daí criar uma teoria geral do processo de integração. Conforme define Haas:

Integração política é o processo pelo qual os atores políticos de organizações nacionais diferentes são persuadidos a deslocar as suas lealdades, expectativas e atividades políticas para um novo centro, cujas instituições possuem ou reclamam jurisdição sobre os Estados nacionais preexistentes. (HASS, 1958, p.16)

Ambas as teorias convergem quanto a transição da autoridade Estatal para as Organizações Internacionais através de um processo gradual de integração em áreas específicas que com o tempo iriam transbordar para outras áreas adjacentes. Mas as diferenças surgem quanto ao funcionamento do mecanismo de spillover. Diferente do processo natural e automático dos primeiros, o papel dos grupos de interesses e das elites se torna fundamental. Estes atores domésticos são os motores do processo de integração, à medida que encontram no ambiente internacional melhores mecanismos para atender suas demandas. Assim sendo, as Organizações internacionais de integração

nascem continuamente da pressão sobre a classe política doméstica e das negociações entre múltiplos agentes domésticos e supranacionais. Para o neofuncionalismo, o processo de spillover é o resultado de cálculos racionais de custo/benefício feito por atores provindos de diversas entidades institucionais que veem as instituições supranacionais como melhores provedoras de suas necessidades.

Contudo, mesmo considerando as vantagens apontadas pelas teorias supracitadas quanto a supranacionalidade, em termos empíricos poucos Estados estão realmente dispostos a uma integração tão profunda. Desta forma, atualmente as OIIRs podem ser separadas em dois distintos modelos relativo ao poder e autonomia cedidos a elas pelos Estados: as de caráter supranacional e as de caráter intergovernamental.

No design supranacional, os órgãos da organização têm caráter permanente, com funcionários próprios, e possuem competências e capacidade de decisão independentes, seguindo os interesses da integração e adotando uma política única comunitária e um Direito Comunitário, que tem primazia sobre a norma interna dos Estados e aplicabilidade direta (GOMES, 2017, p.21). A CEECA pode ser considerada como a primeira experiência em que o conceito de supranacionalidade foi aplicado. Ela nasceu do Tratado de Paris de 1951, idealizada por Robert Schuman e Jean Monnet, os quais propunham uma instituição supranacional para coordenar a produção de carvão e do aço da França e da Alemanha, setores estratégicos para a produção de armamentos (HERZ; HOFFMANN, 2014, p. 156). Este modelo seguiu evoluindo na Europa e é hoje um dos princípios fundamentais de quase todos os órgãos que compõem a União Europeia. Desta forma, a organização é capaz de independentemente criar legislações nas áreas em que lhe fora atribuída competência, administrar fundos monetários próprios como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), julgar e sancionar agentes por descumprimentos das normas comunitárias através de seus tribunais, entre outras atribuições

A intergovernabilidade, por outro lado, mantém toda a soberania dos Estados, o que significa que a Integração Regional avança apenas nas áreas em que há consenso de todos os membros da Organização, não havendo qualquer mecanismo que possa impor decisões contra a vontade de um Estado

soberano.

Segundo Ventura (2012, p.50):

A diferença básica a ser estabelecida entre organismos intergovernamentais e supranacionais é precisamente a detecção do interesse predominante. Nos primeiros, trata-se de fóruns destinados a cotejar interesses individuais e, se for o caso, harmonizá-los. São marcadamente espaços de negociação, cujas decisões, em existindo, serão aplicadas por iniciativa dos Estados-membros. Entidades supranacionais pressupõem a negociação em outro nível, para definir o interesse coletivo, através de processo decisório próprio, a serviço do qual elas colocarão em funcionamento uma estrutura independente. (VENTURA, 2012, p.50)

Neste modelo, os Estados negociam de forma horizontal, havendo maior liberdade nas negociações diplomáticas e menos imposição de interesses, visto que as decisões só podem ser tomadas em consenso. Contudo, isto também limita muito a evolução do processo de integração, pois os interesses dos Estados prevalecem, não sendo subordinados a burocracia da instituição. Este tipo de organização também pode ser mais instável, não havendo mecanismos institucionais de coerção para inibir o descumprimento das normas comunitárias (embora, como vimos anteriormente, existem mecanismos sociais que incentivam os Estados a cooperar).

Independente do formato institucional escolhido, a meta dos processos de integração é sempre a mesma: Aproximar os Estados de uma mesma região para que, com suas forças combinadas, possam alcançar resultados políticos e econômicos os quais sozinhos seriam muito mais difíceis.

5.2 O estágio atual do Bloco

Segundo Graf e Azevedo (2013), em 2009 o PIB do Mercosul passou 2,5 trilhões de dólares, sendo que 14,6% diz respeito à Argentina, 83% ao Brasil, 0,7% ao Paraguai e 1,6% ao Uruguai. A comercialização entre tais países cresceu, contudo, a proporcionalidade do comércio dentro do bloco, com relação a quantidade de países baixou.

O Brasil é um dos membros menos dependentes do bloco para destino de suas exportações, somente dez por cento tem como rumo o Mercosul. Para Argentina tal número corresponde a vinte e cinco por cento, vinte e nove por cento para o Uruguai, sendo que o Paraguai é o mais dependente, sendo que em 2012 a quantidade chegou a quarenta e oito por cento. (GRAF E

AZEVEDO, 2013, 209).

Segundo Wolffenbuttel (2017), uma união aduaneira tem como peculiaridade a adoção de tarifas comuns em cima cada bem importado e pelo fim de tarifas sobre produtos de comercialização intra bloco. Contudo, no que diz respeito ao Mercado Comum do Sul, tal união aduaneira proposta é ineficiente, visto que tal liberalização não possui plenitude, detendo muita limitação na TEC e em sua listagem de exceções.

A União Europeia é um verdadeiro exemplo de união aduaneira eficaz, visto que não há barreiras para a comercialização entre seus membros. Uma contraposição, no que diz respeito ao livre comércio, seria os membros do NAFTA, Estados Unidos, Canadá e México, que, por exemplo, fazem comércio entre si sem qualquer tarifação, podendo fazer negócios de acordos com outros países não participantes do bloco. Não é difícil dizer qual das formas é melhor, contudo, pode-se denotar que existe uma maior integração e benefícios econômicos para seus membros do que no Mercosul.

Ainda, sobre união aduaneira, Krugman, Obstfeld e Melitz (2010) afirmam que há ocasiões em que esta pode promover ganhos ao comércio, ou um desvio deste. Sem que no primeiro caso, os membros se juntam e detém um maior peso e relevância nas tratativas internacionais, e no segundo caso existe uma divergência interna e má aplicabilidade dos princípios da união, o que não traz nenhum benefício, e diminui a independência de seus participantes.

Uma questão importante a ser apontada seria que os ganhos ou desvios não, necessariamente, seriam as principais causas para a constituição de uma união aduaneira. Uma integração econômica apresenta a eficiência econômica como um de seus maiores benefícios, além dos maiores ganhos e produção.

O Mercosul, ante a impossibilidade de modificação de tarifas propostas com outros países, sem um consentimento de todos seus integrantes, é um dos maiores limitadores para o Brasil, que é a principal economia do bloco e suas tratativas com outros países ou blocos atrelam-se aos lentos procedimentos de seu bloco, fazendo com que o país perca dinamismo e maiores chances de obtenção de melhores acordos comerciais.

O crescimento das medidas protecionistas pela Argentina, desde a

crise de 2008, junto com uma sistemática de costa limitadoras de entrada de mercadorias brasileiras e o baixo crescimento econômico argentino, auxiliando a dar força a hodierna vulnerabilidade do bloco e evidenciando que este é tendente a aceitar as exceções impostas por seus membros, principalmente pela Argentina.

Giambiagi (2016, p. 33) aponta que “(...) o Mercosul continua sendo uma estrutura tão precária – no que tange à ausência de institucionalidade – como era em 1991.” Tal explanação mostra o avanço limitador do bloco no desenvolvimento de meios para se avançar nas tratativas comerciais e integração regional.

Nesse sentido, de acordo com Pereira (2012, p.60):

Esses fatos além de adiarem as chances de sucesso do Mercosul, criam condições negativas para os demais integrantes do bloco. Levando a uma perda de confiança do investidor externo, em um contexto em que a economia mundial caminha para uma nova onda de regionalismos e acordos bilaterais dada a alteração da geografia comercial internacional, que conta com maior representatividade da China e demais países da Ásia.

Além do mais, a sistemática de comercialização multilateral é enfraquecida, possuindo como sombra os impasses da Rodada Doha e erros na OMC.

A Rodada Doha constitui a 9ª rodada de negociações comerciais mundiais, liderada pela OMC, com início em 2001, tem como objetivo principal o incentivo ao livre comércio e ao multilateralismo.

De outra monta, é importante destacar que as problematizações sobre a pequena evolução do Mercosul, especialmente desde 1999, não justificam o fim do bloco. Deste modo, é importante que seja feita uma revisão das diretrizes e interesses dos membros do bloco, aja vista a contextualização mundial e a limitação da representação do bloco no cenário internacional.

Para Baumann (2016), o Mercosul é um dos blocos de países com taxas de abertura menores, exportações mais importações sobre o PIB. Desse modo, é constituído por membros protecionistas e de economias com baixa abertura, deixando evidente que este não veio a acompanhar a evolução do grau de abertura dos outros blocos globais.

6 O BRASIL E O MERCOSUL

O Brasil tem uma participação ativa e importante dentro do bloco, tendo em vista que entre os países membros é ele que possui boa visibilidade político econômica pelo PIB, fator esse que eleva a sua participação na União Aduaneira.

6.1 Vantagens e desvantagens na participação no Bloco

Para Gardini (2011, p. 139) há uma imensa diferenciação entre o que se fala e se pratica no Mercosul. Em primeiro lugar, há uma diferença entre os discursos políticos e técnicos. Em segundo plano, o que é decidido tecnicamente passa por problemas de implementação, existindo céticos e os otimistas, no que diz respeito ao desenvolvimento do bloco.

Muitas limitações confirmam a não existência de organismos supranacionais, deixando evidente assim, que a integração não aconteceu de forma a promover as instituições regionais, porém sim por membros e líderes, os quais promovem o procedimento de integração. Assim como a emergência de outros processos de integração na América do Sul.

Ainda, de acordo com Giardini (2011, p.150):

O Mercosul busca ser um mercado comum, no entanto é uma área de comércio incompleta que tenta sem sucesso se tornar uma união alfandegária. Atualmente, a área de livre comércio sofre pelas exceções comerciais, barreiras não-tarifárias, mas o principal problema está relacionado às regras sobre produtos manufaturados dentro do bloco que não se estendem aos que vêm de outros países.

Os fatores de mencionada situação seria uma tarifação dupla de mercadorias que entram no bloco e após circulam entre seus membros, bem como a concentração em investimentos nos países de maior economia, Brasil e Argentina. No que diz respeito às questões sobre a fomentação da união aduaneira, os problemas consistem nas tratativas com outros países ou blocos que não integram o Mercosul.

O Mercado Comum do Sul ainda está em uma lenta e limitada institucionalização, sendo que há um predomínio dos executivos nacionais ante aos organismos regionais. Tal situação é um verdadeiro impasse para sua evolução (GIARDINI, 2011, p. 32).

Uma das maiores desvantagens para o Brasil, como membro do

bloco, tendo em vista que é a maior economia do Mercosul, seria a dependência dos demais membros para tratativas comerciais importantes, principalmente, para seu desenvolvimento nacional e regional. “A Argentina enfrenta periódicas crises econômicas e políticas. Uruguai e Paraguai são mercados pequenos e pouco diversificados, o que acaba por trazer consequências negativas ao bloco (AZEVEDO, 2012, p.80).”

Para Celeste (2017, p. 67), uma questão fundamental é a coordenação de políticas macroeconômicas. Há certas opções para que estas avancem como a troca de informações, administração de crises, objetivos comuns. Observando os problemas do Mercosul a solução seria aceitar, a princípio, maneiras mais simplistas de liderança macroeconômica. Sendo que, ainda segundo o autor, fora, desde 2011, intensificado, cada vez mais, o protecionismo.

Apesar de certas desvantagens na participação brasileira no bloco, é possível refletir a respeito de certas vantagens que o bloco traz para o país, tanto em questões econômicas quanto políticas.

Na ótica política, o bloco concede o aval para o fortalecimento de sua posição de liderança regional. Economicamente, a característica mais relevante é o importante superávit do Brasil como membro do bloco, principalmente, nas exportações de mercadorias mais sofisticadas.

Enquanto a pauta de exportação brasileira (MDIC, 2018) é dominada por produtos primários de baixo valor agregado, como minério de ferro, soja, milho e carne, as exportações para o Mercosul contam com uma grande presença de produtos mais elaborados, como automóveis e eletrônicos.

O momento atual da economia brasileira é a do crescimento da primarização de sua pauta de exportação, contudo, o bloco, ainda, é um relevante destino de mercadorias brasileiras com maior valor agregado.

Em 2013, o Comex Brasil confirmou o elevado superávit do Brasil com o bloco, enquanto existiam um importante déficit com a União Europeia e África:

Os países do Mercosul são o maior destino das exportações de nossos produtos industriais. Temos superávits com os maiores parceiros, que

são Argentina e Venezuela. Além disso, nada impede que exportemos para os Estados Unidos ou para a Europa, mas não temos competitividade para tanto. (Comex do Brasil, 2013)

Romero (2017, p. 35) expõe que o Mercosul apresenta certas limitações ao Brasil, aja vista que o impede de negociar outros acordos tarifários. Desse modo, o país necessita encontrar outros mercados, trazendo diversidade para seus parceiros comerciais, sendo que este é visto como devagar nas tratativas que visem a liberdade do comércio.

Existe uma grande dificuldade por parte do Brasil em se integrar a outras economias internacionais, caracterizadas por blocos comerciais. Há enormes impasses para o desempenho de acordos com Estados Unidos e União Europeia, visto que tanto o Brasil quanto o Mercosul, detêm vantagens competitivas nos setores de produção que enfrentam gigantes barreiras comerciais por parte destes. Deste modo, o país não firmará acordos regionais, enquanto EUA e União Europeia não avançarem nesse sentido. (ROMERO, 2017, p. 78).

6.2 Análise do Bloco econômico Mercosul sem a participação do Brasil

Uma eventual saída do Brasil do bloco teria vários impactos na macroeconomia, mas não só. No mercado brasileiro, o principal impacto da saída do Mercosul seria sentido pela indústria automotiva, que tem a Argentina como principal mercado externo. Em 2018, o Brasil exportou US\$ 20,8 bilhões em produtos para os países do bloco.

A União Europeia e o Mercosul assinaram um histórico acordo comercial no dia 28 de junho de 2019. Com efeito, as conversas começaram no dia 28 de junho de 1999. Ficaram praticamente paralisadas até 2016, quando houve um novo esforço. De acordo com Jean-Claude Juncker, presidente da Comissão Europeia, este pacto comercial é o maior acordo comercial que a União Europeia já concluiu. Ademais, de acordo com o jornal Financial Times, a UE «estima que a poupança gerada pelas reduções tarifárias será quatro vezes maior que a gerada pelo recente acordo entre UE e Japão, e quase sete vezes maior que a do acordo com o Canadá.

Entretanto, acordos comerciais também possuem um lado obscuro. Por sua própria natureza, eles são discriminatórios. Mas quem está de fora

praticamente é proibido de participar. Ou seja, a UE pode ser bem aberta para quem está dentro, mas é uma fortaleza para quem está de fora. Por causa da Tarifa Externa Comum , todos os países do grupo são obrigados a aplicar a mesma taxa em relação à importação de produtos de países fora do grupo, ou seja, é preciso negociar em bloco. Por isso, existe uma diferença crucial, praticamente intransponível, entre livre comércio e acordos de livre comércio. Livre comércio significa simplesmente você e eu transacionarmos livremente com quem quisermos, não importa se a outra pessoa está do outro lado da rua ou do outro lado do globo. Não há barreiras, não há tarifas, não há imposições governamentais.

Por tudo isso, a assinatura do acordo União Europeia-Mercosul constitui, na melhor das hipóteses, apenas um ponto de partida. Ele ainda tem de ser ratificado por nada menos que 28 parlamentos nacionais na Europa e por quatro parlamentos nacionais na América do Sul. Diplomatas brasileiros já estão alertando que a implantação de fato do acordo.

CONCLUSÃO

Percebe-se que após o marco histórico denominado Segunda Guerra Mundial, o mundo teve que aderir mudanças em seu comportamento, criando laços entre Estados para que pudessem se fortificar ante a grande expansão econômica e novo cenário que havia se instalado comercialmente. Diante desse desenvolvimento, surgiu o fenômeno da Globalização, a qual teve como consequência as imensas proporções e as fronteiras que deixaram de existir para a troca de produtos.

As estratégias comerciais e políticas dos países tiveram de avançar a fim de acompanhar as inúmeras mudanças. Ante a isso, nasceram os denominados Blocos econômicos, sendo o Mercosul um destes que foi criado com o intuito de integrar a economia e política dos países sul americanos.

O Mercosul se originou com uma aliança entre Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Tal aliança, admite a livre circulação de produtos entre si, as quais estão livres de tarifas e demais custos alfandegários.

Apesar de sua formação inicial, outros países da América do Sul cogitam a entrada nessa aliança, tendo em vista a benesse que ela traz.

A entrada e permanência no grupo econômico do Mercosul significa a possibilidade de um livre comércio entre seus signatários, além disso facilita acordos, negociações, transações comerciais com outros grupos econômicos forte dominantes do mundo, ficando evidente a complexidade do relacionamento entre os países membros deste bloco, devido às assimetrias do tamanho das economias, onde os países menores se sentem prejudicados e a falta de apoio das economias maiores para o desenvolvimento do país.

Ainda que, para muitos, o Mercosul ainda é a principal via de integração política, econômica e cultural, os entraves se multiplicam entre as disputas dos países. Um dos grandes desafios para sua continuidade é a necessidade de adquirir um perfil supranacional capaz de sobrepor os interesses de cada país e a harmonização das economias.

Visto como uma união imperfeita, o Mercosul apesar da proposta de livre comércio, nunca houve uma anulação total de suas tarifas, mas sim reduções destas.

Isso se dá pelo fato de haver países em desarmonia política econômica, ou seja, países que apesar de unidos por um bloco, possuem

realidades economicas muito distantes, trazendo com isso a impossibilidade de equiparação entre eles em razão de seu PIB.

Esse fato de desigualdade entre países membros, traz um grande impasse, qual seja, acordos com a União Europeia deixaram de ser aceitos pelo fato de ser mais benéfico para um país do que para outro dentro do mesmo grupo, como não podem ser aceitos apenas por um dos países membros, dessa não foram realizados acordos pela falta de integração entre os países membros.

Conclui-se que, por ser o pilar do bloco do Mercosul, ou seja, possuir o PIB mais alto entre os países membros, ele possui grande visibilidade perante outros Estados, o que acaba por possibilitar grandes negociações que somente poderá fazer dentro de um bloco econômico, que apesar de não ter total economia, faz acordos com outros blocos, o que não poderia fazer se estivesse sozinho.

REREFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira: Diplomacia para o Desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2018.

ALADI. **Quienes somos**, 2013. Disponível em <http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitec.nsf/VSITIOWEB/quienessomos>. Acesso em 29 de março de 2019.

b

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma História Do Mercosul: Desvio Dos Objetivos Primordiais**. Revista Espaço Acadêmico, n. 120, 2014.

_____. **Uma História Do Mercosul: Do Nascimento À Crise**. Revista Espaço Acadêmico, n. 119, abril de 2014.

ARESTIS, Philip.; FERRARI FILHO, Fernando.; PAULA, Luiz. Fernando.; SAWYER, Malcolm. (2003). **O Euro E A UME: Lições Para O Mercosul. Economia E Sociedade**. Campinas, v. 12, n. 1, p.1-24. www.eco.unicamp.br/docprod Acesso em 25/10/2019.

AVERBUG, A.; GIAMBIAGI, F. **A Crise Brasileira De 1998/1999 – Origens e consequências**. BNDES Texto para Discussão n. 77, Rio de Janeiro, maio 2000.

BASSO, Carlos. **Perfil de liderança no Brasil: quais os maiores desafios na gestão de líderes?**. 2016. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/perfil-de-lideranca-no-brasil-quais-os-maiores-desafios-na-gestao-de-lideres/>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

BAUMANN, Renato, MUSSI, Carlos. **Mercosul: Então E Agora**. Publicação CEPAL, 2016.

BRAGA, Marcio Bobik; GREMAUD, Amaury Patrick. **Cooperação Macroeconômica Na América Latina: Possibilidade ou Utopia?**. Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais, vol.7 n 2, 2012.

BRASIL e china tem chance para promover comércio diz Temer. **Site Revista Exame**, 2014. Disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/brasil-e-china-tem-chance-parapromover-comercio-diz-temer>. Acesso em 30/03/2019.

CELESTE, Igor Isquierdo. **Argentina E Brasil Nos Primeiros 20 Anos Do Mercosul: Políticas Macroeconômicas E Comércio Bilateral**. Dissertação do Mestrado em Estudos Estratégicos Universidade Federal. FALTOU ANO.

Comex do Brasil. **Mercosul persiste como principal fonte de superatividade para comercio exterior brasileiro**. Disponível em <http://comexdobrasil.com/mercopol-persiste-como-principal-fontede-superavit-para-comercio-exterior-brasileiro/>. Acesso em 01/04/2019.

CORAZZA, Gentil. **O Mercosul E Os Desafios Da Integração Latino-Americana.**

Redes (Santa Cruz do Sul), Unisc - Santa Cruz do Sul, 10, 2, 9-20, 2015.

_____. **O “Regionalismo Aberto” Da CEPAL E A Inserção Da América Latina Na Globalização.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, 2006. do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2012. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70008>. Acesso em 01 de Abril de 2019.

ESTEVADEORDAL, Antoni; ROBERTSON, Raymond. Gravity, **Bilateral Agreements, and Trade Diversion in the Americas.** Cuadernos de Economía, 46, 3, 3-31, 2017.

ETHIER, Wilfred John. **Regionalism in a Multilateral World.** *Journal of Political Economy*, 106, 6, 1214-1245, 1998.

_____. **The new regionalism in the Americas: a theoretical framework.** *The North American Journal of Economics and Finance*. 12, 2, 159-172, 2011.

GARDINI, Gian Luca. **"MERCOSUR: What You See Is Not (Always) What You Get."** *European Law Journal* 17, no. 5, p. 683-700, 2011.

GIAMBIAGI, Fabio; BARENBOIM, Igor. **Mercosul: Por Uma Nova Estratégia.** Revista BNDES, vol. 12, n. 24. 2016

_____; MARKWALD, Ricardo. **A Estratégia De Inserção Do Brasil Na Economia Mundial: Mercosul Ou Lonely Runner?** Ensaios BNDES, 2023.

GRAF, Cláudio Olímpio; AZEVEDO, André Filipe Zago de. **Comércio Bilateral Entre Os Países Membros Do Mercosul: Uma Visão Do Bloco Através Do Modelo Gravitacional.** *Econ. Apl.*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, Mar. 2013.

HÄNGGI, H. **Interregionalism As A Multifaceted Phenomen.** In: HÄNGGI, H. ROLOFF, R. RÜLAND, J. (Eds.) **Interregionalism And International Relations.** Oxon, Routledge, 2016.

HASENCLEVER, L. & KUPFER, D. **Organização Industrial,** Ed. Campus, Rio de Janeiro, 2015.

KEGEL, Patricia Luiza; AMAL, Mohamed. **Perspectivas Da S Negociações Entre O Mercosul E A União Europeia Em Um Contexto De Paralisia Do Sistema Multilateral E Da Nova Geografia Econômica Global.** *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 2(131), pp. 341-359, 2013.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. MELITZ, Marc. **Economia Internacional: Teoria E Política;** 8ed, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2016.

LUPI, André Lipp Pinto Basto. **Soberania, OMC e Mercosul**. 1. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

MAXIMIANO, Antonio C. **A Introdução à Administração**. 6^o ed. São Paulo – SP: Atlas S.A, 2004.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A Prática De Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método E Criatividade**. 25. ed. São Paulo: Vozes, 2017.

MITRANY, David. **A Working Peace System**. Michigan: Quadrangle Books, 1966.

NOGUÉS, Julio; GRANDES, Martin. Country Risk: **Economic Policy, Contagion Or Political Noise?** Journal of Applied Economics, IV, 1, p. 125-162, 2011.

RATTNER, Henrique. **Mercosul E Alca: O Futuro Incerto Dos Países Sul-Americanos**. São Paulo: Ed. IEDUSP, 2018.

ROMERO, Rubens de Matos. **Acordos Regionais De Comércio Frente Ao Multilateralismo: As Posições Do Brasil E Do MERCOSUL**. 2017. 77 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual Das Organizações Internacionais**. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SANTANA, Érica. **Bielsa Diz Que Argentina É "Sócio Incômodo"**. Disponível em: http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=226334&q=1&editoria=. Acesso em: 24/03/2019.

THORSTENSEN, Vera Helena. **OMC (Organização Mundial Do Comércio). Organização Mundial Do Comércio E A Rodada Do Milênio**, 1. ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1999.

VAILLANT, Marcel. **Profundización Del Proceso De Integración Económica En Bienes**. In: CHUDNOSVKY, D.; FANELLI, J. M. **El desafío de integrarse para crecer, balances y perspectivas del MERCOSUR en su primera década**.

RED MERCOSUR, Siglo XXI, BID, Madrid, 2002.

REVISTA, Veja. **GOVERNO do Brasil clausura democrática para suspender Paraguai do mercosul e falta de vergonha na cara e explico por que**. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/governo-do-brasil-evocaclausula-democratica-para-suspender-paraguai-do-mercosul-e-falta-de>

vergonha-na- caraexplico-por-que/. Acesso em 01 de abril de 2019.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio Exterior Brasileiro**. São Paulo: Ed Atlas, 2015.

VINER, Jacob. **The Customs Union Issue**. New York: Carnegie, Endowment For International Peace, 1950.

WINTER, Sidney. **Coase, La Competência Y La Corporación**. In: WILLIAMSON, Oliver; WINTER, Sidney. **La Naturaleza De La Empresa: Orígenes, Evolución Y Desarrollo**. México: Fondo de Cultura Económica, p. 248-269. 1996.